

Um estudo sobre a patrimonialização de bens industriais no Rio Grande do Sul em quatro exemplares.

A study on the patrimonialization of industrial goods in Rio Grande do Sul through four samples

Sessão Temática: ST06. Patrimônio e Memória

COELHO, Jossana Peil; Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural; Universidade Federal de Pelotas

jopeilc@gmail.com

NOGUEIRA, Cláudia da Silva; Doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural; Universidade Federal de Pelotas

cs.nogueira@outlook.com

MICHELON, Francisca Ferreira; Doutora em História pela PUC/RS; Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas

fmichelon.ufpel@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta uma análise sobre processos de patrimonialização de quatro exemplares de bens industriais, localizados no Rio Grande do Sul. Manteve-se como vetor de análise o conceito de patrimônio industrial presente na carta de Sevilla, documento mais recente sobre essa tipologia, a qual reforça que os patrimônios industriais são múltiplos em bens e valores. Além de identificar como cada um desses processos ocorreu, evidenciou-se como dispõe de diferentes maneiras de operacionalizar e de garantir a preservação do bem. Resultou que se reforçou a reflexão sobre os efeitos das atividades inerentes à musealização na preservação do bem, advogando por sua maior flexibilidade sobre os demais. Sob tal aspecto, o texto argumenta em favor da musealização enquanto recurso mais ágil e favorável ao contínuo envolvimento das comunidades.

Palavras-chave: patrimonialização, patrimônio industrial.

Abstract

The text presents an analysis on the patrimonialization processes of four samples of industrial goods located in Rio Grande do Sul. The maintained analysis vector was of the industrial

heritage concept as present in the Sevilla letter, the most recent document on this typology, which reinforces that industrial heritages are multiple in goods and values. Besides identifying how each of these processes occurred, how they have different manners of operationalizing and guaranteeing the preservation of such good were evidenced. The results reinforced the consideration on the effects of the activities inherent to musealization in the preservation of the good, advocating its greater flexibility over the others. Under such aspect, the text argues in favor of musealization as the most agile and favorable recourse to the continuous involvement of communities.

Keywords: patrimonialization, industrial heritage.

1. Introdução

O texto apresenta resultado de reflexão sobre como as formas de proteção (tombamento, inventário, registro e musealização) aplicadas a quatro exemplos distintos em cidades do Rio Grande do Sul podem ter suscitado maior efeito sobre sua salvaguarda e aproximação com a comunidade na qual se inserem os bens. Há ciência de que cada um desses processos possui diferentes modos de atuar e de demarcar os limites impostos para a garantia do que preservar e de como preservar. Os mais recorrentes e conhecidos são o tombamento, o inventário, o registro e a musealização.

O tombamento de todos os processos é o mais usual. Consiste em um instrumento legal aplicado pelo poder público, em nível municipal, estadual ou federal, com o objetivo de salvaguardar os bens patrimoniais na sua integralidade, bem como promover e incentivar a sua preservação. O inventário, por sua vez, é um instrumento de cadastro que tem como produto uma listagem com bens de determinada tipologia, valor ou contexto, realizado por uma motivação, que pode ser uma legislação. Já o Registro tem a finalidade de reconhecer, preservar e listar os exemplares de patrimônio imaterial a serem elevados como símbolos da identidade nacional, englobando saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressões cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas), levando em conta não a materialidade do bem, mas o contexto em que está inserido e o seu significado. Por fim, a musealização, embora não seja um instrumento legal, é composta por processos específicos e constantes que definem os museus, quais sejam: a pesquisa, a comunicação e a preservação.

Assim, foram analisadas diferentes fábricas e paisagens industriais já institucionalizadas pelos diferentes processos aqui apresentados. Os espaços fabris escolhidos são a Fábrica Rheingantz, localizada na cidade do Rio Grande, como exemplar tombado. O antigo Lanifício Laneira S.A, situado em Pelotas, como exemplar inventariado. E, como exemplar de registro, a paisagem da Região Pelotas e Antiga Pelotas. Por fim, o exemplo de musealização é o Museu de Território Galópolis, localizado em Caxias do Sul.

Como já citado, são todas fábricas e paisagens situadas no estado do Rio Grande do Sul. Esse recorte geográfico foi intencional, de forma a garantir algumas semelhanças entre elas, como realidades sociais próximas e apresentarem equivalentes políticas administrativas.

Cabe também salientar que as cidades citadas eram os municípios com o maior número de estabelecimentos fabris do estado, principalmente no século XX, acredita-se que esse dado pode ocasionar algum reflexo nos processos de patrimonialização dos municípios, uma vez que este texto apresenta como objeto patrimônios fabris. Outro recorte realizado é que todos os patrimônios analisados são antigas fábricas de transformação e produtos destas, ou seja, aquelas que transformam matéria-prima em algum produto final.

Vale destacar que o conceito de patrimônio utilizado para as análises e elaboração deste trabalho foi o apresentado na Carta de Sevilla, de 2018, documento mais recente sobre o patrimônio industrial. Sendo o conceito então elaborado:

O patrimônio industrial é entendido como o conjunto de bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que foram gerados por atividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão gerados pelo sistema econômico surgido na “revolução industrial”. Esses bens devem ser entendidos como um todo composto pela paisagem em que estão integrados, pelas relações industriais que estão estruturadas, pela arquitetura que os caracteriza, pelas técnicas utilizadas em seus procedimentos, pelos arquivos gerados durante sua atividade e pelas práticas de caráter simbólico (SOBRINO; SANZ, 2018, p. 13).

Outros importantes documentos para o patrimônio industrial também serviram de referência para esta pesquisa, como a Carta de Nizhny Tagil, elaborada em 2003 pelo Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage – TICCIH), primeira publicação que apresenta um conceito de patrimônio industrial. Também Os Princípios de Dublin, acordo firmado em 2011, entre ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e TICCIH, que define princípios para a Conservação de Sítios, Estruturas, Áreas e Paisagens do Patrimônio Industrial.

Nesses documentos, o patrimônio industrial é constituído por bens materiais, móveis e imóveis, e imateriais, dessa forma, os seus valores são diversos, como arquitetônico, histórico, social, paisagístico, técnico e científico. Assim, cada patrimonialização desta pesquisa será avaliada objetivando além de identificar quais impactos causam nos bens fabris os reflexos nas comunidades e também se entendem à complexidade de cada bem e se o valoram adequadamente.

2. Patrimonializações

Entende-se que a patrimonialização tenha uma forte capacidade de preservação dos bens, não apenas porque é seu objetivo central, mas, além de serem garantias legais, são motivadores de valorização social. Quando algo se torna patrimônio, os olhares para o bem

se voltam, o reconhecimento legal gera um sentimento de pertencimento. Todavia, quando se trata do patrimônio industrial, essas afirmações ainda são vagas, e quando acontecem, restringem-se aos agentes mais imediatos do bem, como alguns antigos operários. Essa tipologia patrimonial ainda gera pouco impacto por mobilizações de valorização, de apropriação e de preservação – pelo menos na sua grande maioria. Nesse sentido que essa análise se objetiva, entender os impactos das patrimonializações nos bens, mas também o reflexo que elas geram na sua comunidade.

Dessa forma, têm-se a seguir as análises feitas em cada tipo de patrimonialização citada anteriormente. Cabe mencionar que essas foram feitas apresentado um breve histórico da instituição, desde sua fundação até os dias atuais, focando nos imóveis que cada patrimonialização apresenta.

2.1 Tombamento

O exemplar de patrimônio industrial tombado é a antiga fábrica têxtil Rheingantz. Situada no município do Rio Grande, foi fundada em 1873, e é considerada a primeira fábrica têxtil do Rio Grande do Sul. Seu primeiro nome foi Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz & Vater, passando a se chamar Sociedade Anônima União Fabril, em 1891, e Companhia União Fabril em 1895.

Em 1884, é desfeita a sociedade dos primeiros proprietários, que davam nome à Fábrica: Rheingantz e Vater, tornando-se propriedade apenas de Rheingantz. No ano seguinte, 1885, foi inaugurado o complexo fabril que funcionou como fábrica até o final dos anos 1980, quando ocorreu o encerramento das atividades, mantendo-se em funcionamento por mais de 100 anos. Nessa época, a família Rheingantz já não mantinha o controle da fábrica. Nos anos de 1970, passa a se chamar Companhia Inca Têxtil, após passar por uma crise do setor fabril entre os anos 1960 e 1970.

Em 2012, a antiga Rheingantz é patrimonializada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, tornando-se um patrimônio do Rio Grande do Sul. Porém, a fábrica é tombada como parte de um complexo que inclui também a sua vila operária, o cassino dos mestres, a escola e a creche, além de todas as instalações e estruturas do sítio ferroviário de Rio Grande.

No texto da portaria de tombamento, publicado em 16 de julho de 2012, no Diário Oficial do Estado, apenas determina-se o tombamento pela importância de preservar a antiga fábrica e as demais edificações envolvidas e determina-se a poligonal que define o Complexo Rheingantz. Também se cita o Parecer Técnico IPHAE Nº 04/2011, o qual está anexado ao Processo de Tombamento V. 2, importante documento que fornece subsídios para o tombamento da Fábrica Rheingantz, da vila operária e do sítio ferroviário. O parecer apresenta o conceito de patrimônio industrial que consta no Carta de Nizhny Tagil, histórico da fábrica e da ferrovia rio-grandina, e, por fim, detalha os valores que o conjunto em questão apresenta, que são o histórico, o artístico e o paisagístico. Também a proposta da poligonal do

tombamento e o que deve ser incluído, como as edificações que formam o núcleo original fabril e o sítio ferroviário. Uma observação que deve ser destacada é a solicitação da realização de um inventário de todas as máquinas e demais documentos, os quais devem permanecer no local em espaço e instalações compatíveis para a exposição e a divulgação do projeto de restauro, visando a um tombamento dos bens móveis.

Um ponto importante do Processo de Tombamento que deve ser destacado é que ele foi iniciado em 1995 com um pedido da então Diretora do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico, Arquivos e Museus do RS (DEPHAAM / IPHAE) para o Setor Administrativo da mesma Instituição e anexava o material que tinha sido reunido sobre o assunto. Um dos motivadores foi uma notícia veiculada no Jornal Zero Hora em agosto de 1993 sobre a construção de um shopping center no espaço fabril.

Atualmente, a edificação industrial está sendo restaurada, intervenção iniciada em 2021 para empreendimento imobiliário. Outras atividades também estão sendo feitas, como a classificação e a organização de todos os objetos que permaneceram dentro da fábrica durante tantos anos fechada. Ações de mobilização com a comunidade são feitas por meio de rede social¹, promovem-se eventos como a cerimônia de benção da imagem de Nossa Senhora de Fátima na capela, importante elemento para os operários e apoiam-se eventos disponibilizando espaços para que a comunidade vá até a antiga fábrica.

Pelos apontamentos feitos sobre a patrimonialização da antiga Rheingantz, percebe-se que os valores arquitetônicos, históricos e paisagísticos são aqueles que realmente balizaram todo o processo, não só por realçarem o histórico e paisagístico no parecer analisado, mas por todos os apontamentos feitos durante as mais de 500 páginas que compõem o processo, que sempre enaltecem a história da fábrica, o seu conjunto arquitetônico e como foram fundamentais para o desenvolvimento urbano.

Quanto aos valores que ficaram fora do tombamento – social, técnico e científico –, como a comunidade se sente representada pelo patrimônio fabril, as ações que estão sendo proporcionadas pela Nova Rheingantz (nome adotado pelo empreendimento) podem suprir a ausência no meio legal, desde que essas sejam constantes, que o espaço de memória seja realmente implantado, de forma que a memória fabril permaneça viva e ativa.

2.2 Inventários

Primeiramente, deve-se ter em mente que há diversos tipos de inventários, alguns são apenas sistematizações como forma de registro. Pode-se citar o trabalho realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE, que organizou uma listagem de 98 estações ferroviárias ainda existentes em solo gaúcho. Como resultado, foi editado o livro *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul: Inventário das Estações 1874 – 1959*. Nele,

¹ <https://www.instagram.com/novarheingantz/>

cada estação possui uma ficha com os dados de localização, características arquitetônicas e histórico, e estão apresentadas por tipologias arquitetônicas.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2010, realizou um inventário semelhante ao do IPHAE, nominado como Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, instituído por meio da Portaria IPHAN nº 407/2010. Essa listagem é permanentemente atualizada, e a sua última atualização foi em abril de 2022, quando tinha, aproximadamente, 600 bens inscritos. Porém, a principal diferença entre esses inventários é que o do IPHAN realizou esse registro devido à Lei Federal nº 11.483 de 2007, que atribui o Instituto como responsável por “receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), bem como zelar pela sua guarda e manutenção” (COELHO, 2021, p. 34).

Semelhante ao registro do patrimônio ferroviário do IPHAN, a lista é resultado de uma legislação anterior, há os inventários do patrimônio cultural em esferas da administração pública, principalmente municipais, como, por exemplo, em Pelotas. O Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas é regulamentado pela Lei Municipal nº 4.568 de 2000, o qual resguarda as fachadas públicas e a volumetria dos bens. Por decretos, foi possível incluir ou excluir imóveis dessa lista, e isso aconteceu com a Laneira Brasileira S.A, que, pelo Decreto nº 5685/2013, foi considerada patrimônio e incluída no inventário.

A Laneira é um antigo lanifício inaugurado em Pelotas, em 1948, em um imóvel construído exclusivamente para abrigar a fábrica. Funcionou até 2003 quando foi decretada a sua falência, encerrando suas atividades. Durante os mais de 50 anos de funcionamento, contribuiu para o desenvolvimento da sua localidade, o bairro Fragata, e foi aumentando e adaptando o seu espaço fabril, chegando ao final com uma área de, aproximadamente, 10mil m² de área construída. Quando ocorreu o término das operações fabris, o representante da massa falida retirou do prédio os mobiliários, os objetos e as máquinas de valor de mercado, permanecendo apenas duas prensas e alguns materiais móveis. O material sem valor de mercado foi doado à Universidade Federal de Pelotas – UFPel, que adquiriu o imóvel em 2010.

Entre o material doado para a Universidade, as fotografias e alguns documentos (registros do imóvel e desenhos arquitetônicos) que foram designados para a Fototeca Memória da UFPel, e documentos como processos trabalhistas, para o Núcleo de Documentação Histórica (NHD) da UFPel. Os objetos como máquina de escrever, balanças, tonéis, entre outros, permaneceram no local, mas passaram por uma breve organização, e, depois, integraram o Museu da UFPel².

² O Museu da UFPel existe de direito, criado por intermédio da Portaria nº 1.327 de 06 de setembro de 2011, ainda aguarda o seu local definitivo, enquanto isso, as suas coleções estão na reserva técnica do Departamento da Museologia, Conservação e Restauração do Instituto de Ciências Humanas da UFPel (COELHO, 2021).

Um projeto de reciclagem e de requalificação intitulado Laneira Casa dos Museus³ foi elaborado em 2013, contemplando áreas de ensino, de cultura e de eventos que ocupariam todo o espaço fabril, respeitando a memória do prédio. O Memorial da Laneira era um dos ambientes previstos, assim como o Museu da UFPel, porém as obras nunca foram iniciadas.

Atualmente, o prédio passa por duas situações bem distintas. Devido ao setor administrativo do antigo lanifício ter funcionado em uma edificação separada por uma rua interna do setor fabril, hoje, é utilizado por setor do Hospital Escola da UFPel e passa por uma intervenção, iniciada em 2015. Ligado a essa construção existia o refeitório, que foi demolido em 2014 e, no seu espaço, uma construção está sendo erguida para abrigar áreas do Campus Saúde da Universidade. E o espaço propriamente fabril, uma pequena parte, abriga o Depósito de Bens Fora de Uso (Inservíveis) e o demais espaços, pela falta de uso, estão “sofrendo ação do tempo, apresentando diversas patologias pelos processos de deterioração e danos relevantes à estrutura da edificação, contrariando as práticas preservacionistas” (COELHO, 2021, p. 136). Percebe-se que, mesmo o imóvel possuindo uma legislação que o protege, pelo menos sua fachada e volumetria, isso não está servindo de garantia para que a preservação seja efetivada.

Os objetos móveis estão sob a guarda de três instituições de memória da UFPel, embora demonstre uma dissociação desses bens, esse é o fator que proporcionou que diversos trabalhos acadêmicos fossem desenvolvidos, utilizando o antigo lanifício como objeto de pesquisa, o que possibilitou que entrevistas fossem realizadas com antigos operários, e, conseqüentemente, encontram-se relatos sobre como era a sociabilidade na Laneira, como era o trabalho, as técnicas e os maquinários. Mesmo que sem esse objetivo, os trabalhos acadêmicos contribuem, de forma indireta, para que a memória fabril permaneça viva.

2.3 Registros

Importa salientar que o instrumento do registro surge com a finalidade de reconhecer e preservar bens culturais de natureza imaterial, através do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que busca listar os exemplares de patrimônio imaterial a serem elevados como símbolos da identidade nacional, através de quatro livros de registro estabelecidos pelo decreto: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; Livro de Registro dos Lugares.

Dessa maneira, para que um bem imaterial seja efetivamente registrado em um desses livros oficiais, é necessário que se reúnam diversas informações sobre este, através de pesquisas realizadas, a fim de compreenderem-se os significados que lhe são conferidos por diferentes grupos. Também chamada de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), metodologia criada pelo IPHAN.

³ Esse projeto foi desenvolvido no projeto de ensino intitulado Reciclagem e requalificação de espaço industrial para implantação de museus inclusivo.

Pelotas busca, desde o ano de 2013, por meio da Lei Municipal nº 5.989/13, a instituição do Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de Pelotas. Dentre as inúmeras atribuições deste, objetiva-se “conhecer, identificar, inventariar e registrar as expressões culturais da Cidade como bens do Patrimônio de Natureza Imaterial;”. O texto ainda destaca que esse registro seja feito por intermédio de ato administrativo e realizado em uma publicação própria, podendo fazer parte de um dos livros de registro.

Em maio de 2018, por sua vez, Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu⁴) recebem oficialmente um registro junto ao IPHAN, em razão das Tradições Doceiras da região, que vão de doces finos a doces coloniais. Em princípio, esse registro é realizado no Livro dos Saberes, onde se apontam “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades”.⁵

A observação feita no processo de registro começou ainda ao reler o parecer dado sobre essa solicitação. Três fatos chamam a atenção nesse documento. Primeiramente, parece de interesse não apenas o saber fazer, mas tudo que o envolve, como veremos a seguir “O processo de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas refere-se ao reconhecimento, como Patrimônio Cultural do Brasil, do lugar conhecido como “terra do doce”. (BRASIL, 2017, p. 2).

Aquilo que, com o reconhecimento, efetivamente parece ter se dispersado e refletido na comunidade, ficando evidente nas diversas mídias que ocorreram sobre o registro, como foi o caso da matéria feita pelo G1, que aborda, sobretudo, que o “O reconhecimento valoriza a forma como são feitos os doces finos e coloniais ao longo dos anos, com poucas alterações nas receitas e na forma de fazer”⁶. Como vemos, há um apelo a uma específica característica, o conhecimento.

O segundo ponto a ser considerado no parecer é que, ao falar do objeto de registro, em diversos momentos, é feito o link entre urbano e rural, entre indústria e cidade e, conseqüentemente, entre doce e paisagem, mostrando que ambos são codependentes, principalmente nesse caso específico. Advoga-se, portanto, que assim como nos lembra o parecer, “o doce também é responsável pela paisagem da Região Doceira... até mesmo nas edificações abandonadas que rememoram o período de abundância das fábricas artesanais de compotas e conservas” (BRASIL, 2017, p. 4).

Nosso último ponto, porém não menos importante, refere-se ao final do parecer, onde é reconhecido que se é favorável à “inscrição, no Livro de Registro dos Lugares, da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS como Patrimônio Cultural do Brasil”. (BRASIL, 2017, p. 8). Como vemos no documento, intencionalmente, buscava-se a inscrição no livro de registro dos lugares,

⁴ Municípios emancipados de Pelotas.

⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>

⁶ Matéria do G1, do dia 15/05/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/doces-de-pelotas-sao-declarados-patrimonio-imaterial-do-brasil.ghtml>

“aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais”, como vemos, contemplaria e protegeria outros elementos tão significativos quanto para a cultura do doce.

Por fim, resta lembrar que o registro, como bem lembram Pelegrini e Funari (2008), não é de fato suficiente para que o patrimônio imaterial seja consagrado e, por sua vez, transmitido a futuras gerações. Trata-se apenas de um instrumento que documenta a sua existência e diz o que deve ser feito para que se perpetue de maneira sustentável, sendo necessário entender, primordialmente, questões culturais, já que “é a diversidade cultural que forma a memória e a identidade do local e constrói o patrimônio histórico, a memória marginal deve ser mais explorada para que uma boa parte da história não desapareça” (RODRIGUES et al, 2011, p. 25).

2.4 Musealização

Em Caxias do Sul, foi inaugurado, em agosto de 2019, o trajeto do Museu de Território de Galópolis, que é composto por quinze pontos da territorialidade do bairro homônimo. Esses pontos são edificações e ambientes construídos e naturais que remetem à dinâmica industrial de Galópolis, iniciada em 1894, com a fundação da cooperativa têxtil Lanifício Societá Tevere e Novitá, por imigrantes italianos, e inaugurada em 1989.

O espaço fabril do lanifício funciona com seu uso original até os dias atuais, embora tenha passado por diversas transformações e atualizações, desde espaciais até, principalmente, administrativas; atualmente, denomina-se Cooperativa Têxtil de Galópolis (Cootegal). Dessa forma, evidentemente, a história dessa fábrica se entremeia com a história do bairro, sendo responsável pelo crescimento e pelo desenvolvimento de Galópolis, ainda hoje. Assim, o núcleo do bairro se formou em volta do lanifício e em sua função. É essa trajetória fabril e conformação de um bairro em função do lanifício que origina o Museu de Território.

Devemos atentar para as seguintes passagens do lanifício: em 1904, Hércules Galló compra parte da cooperativa, que enfrentava dificuldades, e impulsiona o crescimento da indústria. É nesse desenvolvimento fabril que o bairro vai se conformando e estruturando com moradias e infraestrutura. Em 1914, a localidade que estava se formando é oficialmente criada e recebe o nome de Galópolis, como homenagem ao empresário Galló. Dois anos antes, Galló se associou com a firma Chaves & Almeida, e o lanifício passou a se chamar Lanifício Chaves Irmãos e Cia, embora tenha ficado conhecido por Lanifício São Pedro por longo tempo. Com a morte de Galló, em 1928, dois anos depois, a Família Chaves Barcellos assumiu a empresa, e o lanifício trocou de nome novamente, passando a se chamar Companhia Lanifício São Pedro S.A (BUENO e TAITELBAUM, 2009). Enfrentando dificuldades, o lanifício foi vendido para o Grupo Sebhe, em 1979, o qual funcionou com essa administração por 20 anos. O Grupo, passando por dificuldades financeiras, por meio de um acordo, entregou o lanifício a um grupo de funcionários da época, os quais fundaram Cootegal e assumiram a administração da empresa, conseguindo, em apenas um ano, comprá-la.

Hoje, o espaço fabril é patrimônio de Caxias de Sul, segundo o Plano Diretor da cidade (Lei Complementar nº 589, de 19 de novembro de 2019). Na referida lei, no anexo 14 – mapa da localização dos Setores de Interesse, Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico na Área Urbana –, o lanifício é citado, assim como a vila operária, residência de Hércules Galló (imóvel tombado em nível municipal), a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, a Cascata Veu de Noiva e a Escola Estadual Ismael Chaves Barcelos, pontos que também fazem parte do Museu de Território de Galópolis. O Museu também conta com outras edificações que aludem à sociabilidade dos operários, como o círculo operário, o sindicato, a cooperativa de consumo, o cine operário, a praça, a igreja, a escola e os armazéns, além do rio e da árvore das graças.

O museu foi encabeçado pelo Instituto Hércules Galló, que funciona na antiga residência do empreendedor, abrigando um espaço expositivo que conta a história da família e da indústria local. Com o objetivo de preservar a história da indústria têxtil de Galópolis, desenvolveu ações preservacionistas. Importa salientar que a comunidade local é engajada na preservação da sua memória e identidade. São vistas inúmeras ações preservacionistas realizadas por agentes da comunidade, podendo-se citar, por exemplo, o Inventário Participativo de Galópolis e o podcast Memórias de Galópolis, que apresentava entrevistas com moradores sobre suas memórias relacionadas ao território e à comunidade.

O Estatuto de Museus (Lei Federal nº 11.904/2009), no Art. 39, discorre que os museus têm a obrigação de manter a documentação sob seu acervo atualizada, na forma de inventários ou registros e complementa, no parágrafo 2, que “Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência”. O que deve garantir, na forma de lei, a preservação, a segurança e a divulgação dos bens museológicos.

3. Considerações finais

No estudo realizado de processos de patrimonialização em quatro diferentes bens industriais, foi possível observar os efeitos de preservação e de aproximação com a comunidade, uma vez que esses são os objetivos em comum e principais desses processos. Destaca-se que a patrimonialização sempre ocorre como a primeira ação de preservação.

Dos exemplos aqui analisados, apenas no registro os espaços fabris aparecem de forma indireta, no texto do parecer da tradição doceira, as fábricas fazem parte da paisagem que remete ao fazer doceiro, e, em um trecho, são citadas como “edificações abandonadas”. Também no parecer, conclui-se a favor do reconhecimento do patrimônio imaterial, sendo-se favorável à inscrição no Livro dos Lugares, ainda que, à princípio, o registro tenha sido realizado no Livro dos Saberes.

Dessa forma, conclui-se que o registro, no que tange à preservação de bens imóveis do patrimônio industrial, pouco ou nada interfere. Com foco nos bens imateriais, os valores técnicos, científicos e sociais são os que predominam nesses processos. Como dito

anteriormente, o registro é apenas uma iniciativa para promover a preservação, pois, nos casos aqui estudados, essa só ocorre quando a comunidade é atuante na manutenção da memória e possui a preocupação de que os seus saberes sejam passados para as gerações futuras. Fator que mantém além do saber fazer a sociabilidade.

Oposto ao registro, o inventário analisado, neste texto, apresenta, na sua legislação, os valores arquitetônico, histórico e paisagístico e seu objetivo é a preservação da paisagem urbana de Pelotas. A preservação dos imóveis que fazem parte dessa listagem tem apenas a sua volumetria (fachadas externas e telhado) protegidos.

A Laneira, exemplo estudado, está em avançado estado de degradação, com boa parte destelhada, o que compromete a sua fachada, que, mesmo com diversas patologias, ainda segue erguida. Essa afirmação reforça que o inventário, mesmo com o objetivo de proteção, não a assegura, afinal, outras ações precisam ser feitas para que tal ação seja efetivada, como, por exemplo, um novo uso. Cabe destacar, como citado anteriormente, que há um projeto nesse sentido, Laneira Casa dos Museus, pois sabe-se que a não utilização é responsável por muitos danos.

Como já colocado, além da edificação, o inventário não contempla nenhum outro bem, mas, devido ao seu novo proprietário ser uma universidade ligada ao patrimônio pelotense e à sua preservação, alguns bens móveis estão sob a guarda de seus espaços de memória, o que também proporcionou que entrevistas com antigos operários fossem realizadas, demonstrando que a comunidade fabril ainda é presente e com grande potencial de voltar a se reunir.

O tombamento aqui exemplificado, assim como no caso do inventário, foi feito com atenção para o valor arquitetônico, histórico e paisagístico da antiga fábrica têxtil, remetendo à sua edificação. Embora cite os bens móveis, esses são vistos como secundários, tanto que o seu inventário é sugerido como uma ação a ser feita em um segundo momento. Não foi considerado o patrimônio como um conjunto de todos os bens – imóveis e móveis. Porém, atualmente, estão sendo realizados a intervenção arquitetônica e o inventário dos bens móveis. Da mesma forma que ações de mobilização e interatividade com a comunidade local são feitas pelo atual proprietário do espaço fabril, compensando, de alguma forma, a ausência dos bens imateriais no tombamento.

Atividades com a comunidade fabril são ações preservacionista, não apenas para identificação e registro de bens imateriais, mas também para identificação de elementos representativos da fábrica, qualificando o projeto de intervenção arquitetônica, e, assim, colaborando para a preservação da memória do trabalho no patrimônio industrial. Sabe-se que uma intervenção arquitetônica, sem critérios e não considerando todos os valores de imóvel, pode desqualificar o potencial do bem para a memória fabril.

Nota-se que a patrimonialização, como primeira ação de preservação do imóvel, não é garantia de preservação dos demais bens (móveis e imateriais), a não ser que o bem tenha forte reconhecimento social e agentes representativos que fomentem a sua preservação. Já

no exemplo de musealização, apresentou-se um museu de território, que é aquele integrado à sua comunidade. Nesse caso, como no Museu de Galópolis objetiva-se, também, o desenvolvimento local e o próprio processo de patrimonialização é iniciado com a participação da comunidade, pois, mesmo que a iniciativa não tenha partido da população, em um primeiro momento, e a comunicação entre Instituição e comunidade não tenha sido o ideal (COELHO, 2021, p. 166), ela se faz presente e atua com os bens musealizados, assim como promove atividade de reconhecimento e de preservação da sua memória, garantindo que valores como o social e o técnico sejam mantidos.

Além disso, os outros valores como o histórico são mantidos em bens móveis, devido ao Instituto Galló ter em seu acervo objetos que remetem à memória fabril, assim como a fábrica ainda estar operante, o que também preserva valores arquitetônicos e paisagísticos, corroborado para a musealização. Isso demonstra que mesmo já tendo sido patrimonializado, um espaço fabril pode ser musealizado concomitantemente.

Percebe-se que, atualmente, mesmo sem ser musealizada, a Rheingantz promove algumas ações relacionadas ao patrimônio industrial. Portanto, remete-se ao processo de musealização e, assim como a Cootegal, preserva seus diferentes bens em conjunto, garantindo que todos os valores dos espaços fabris sejam mantidos. Dessa forma, a musealização é indicada como forma de preservação da integralidade dos bens fabris. E, como nesses exemplos, a edificação pode ser o ponto central do patrimônio industrial no processo, como espaço de pesquisa, de comunicação e de preservação de todos os bens envolvidos – materiais e imateriais –, além de um espaço de sociabilidade da comunidade, colaborando para a sua apropriação e maior preservação.

Referências:

BUENO, Eduardo; TAITELBAUM, Paula. **Indústria de ponta: uma história da industrialização do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Buenas Ideias, 2009.

BRASIL, Departamento do Patrimônio Imaterial Coordenação de Registro. **Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas, Parecer Técnico, nº 2**, de 07 de novembro de 2017. Relator: Coordenação de Registro. Brasília, p. 1 – 8. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Parecer_tecnico_dpi_tradicoes_doceiras.pdf. Acessado em: 19 jul. 2022

COELHO, Jossana Peil. **De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil**. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2021. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/8093>. Acesso em: 19 mai. 2022.

ERLO, Geovana. **Museu de Território de Galópolis: uma estratégia para a preservação do patrimônio industrial e identidade local**. Monografia (Graduação) Licenciatura em História. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS. 2019.

IPHAE. Processo de tombamento estadual da Complexo Rheingantz. Vol. 1. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43405>. Acesso em: 14 jul. 2022.

IPHAE. Processo de tombamento estadual da Complexo Rheingantz. Vol. 2. Porto Alegre, 2012b. Disponível em: <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43405>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PELOTAS, Secretaria Municipal de Cultura. **Patrimônio Cultural de Pelotas. Manual do Usuário de Imóveis Inventariados**. Pelotas: Nova Prova, 2008.

PELEGRINI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo. O que é patrimônio cultural imaterial. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RODRIGUES, Giseli Giovanella; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. A importância da memória para uma cidade. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 2, n. 2, 2011.

SOBRINO SIMAL, Julián; SANZ CARLOS, Marina (ed.). **Carta de Sevilla de patrimonio industrial 2018: los retos del siglo XXI** = Seville charter of industrial heritage 2018: the challenges of the 21st century. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior. 2018.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil** sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.